

**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO
DOCENTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – (FORPROF)**

Em dezesseis de novembro do ano de dois mil e quinze, na sala seis do décimo primeiro andar do Prédio Minas, na Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais, de 14h às 17h, realizou-se a vigésima quinta reunião ordinária do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado de Minas Gerais - FORPROF. Estiveram presentes à reunião, conforme a lista assinada, os representantes das instituições a seguir, cujo nome constará ao final dessa Ata: SEE, ANFOPE, CEFET, IFMG, CENTROS DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA DAS IPES, SIND-UTE/MG, UEMG, UFMG, UFOP, UFSJ, UFU, UFV, UFVJM, UNIFAL, UNCME-MG e UNDIME. Faltaram à reunião: CAPES, COMFOR, CEEMG, Faculdade Católica de Uberlândia, FORGRIPES, IFNMG, IFSULDEMINAS, IFTM, MEC, SECTES, UNIMONTES, UFJF, UFLA, UFTM, UNIFEI e IFSEDESTE, ULTRAMIG. Como observadores, os técnicos da SEEMG: Gislaine Aparecida da Conceição e Gláucia Aparecida Vieira . Às quatorze horas e dez minutos, a Subsecretária de Informações e Tecnologias Educacionais – (SI), Profª Júnia Sales Pereira, deu início à reunião, tendo como Primeiro item da pauta – Leitura da ata da 24ª reunião ordinária do FORPROF – a ata foi aprovada, após inclusão do nome do representante da UFMG, Prof. Wagner Corradi no grupo de trabalho que irá realizar o diagnóstico da oferta de formação de professores no estado. Segundo item – Base Nacional Comum. A Profª Augusta Aparecida Neves de Mendonça/Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica – (SB) informou como está sendo o processo de participação da Secretaria de Educação de Minas Gerais – (SEEMG) na discussão na Base Nacional Comum. Informou que:

- em junho foi solicitada à Secretaria a indicação de dois nomes de especialistas, sendo indicado um professor de História (para anos iniciais) e um professor da área de Sociologia (para o ensino médio). Em julho foram realizadas três reuniões técnicas de condução do processo de discussão do documento e de como seria o desdobramento na ponta, com as escolas, instituições e demais participantes. Informou que o prazo para consulta foi mantido pelo MEC no dia 15/12/2015, apesar de ter sido considerado pouco o tempo. Após estas reuniões técnicas a SEE contatou a UNDIME para uma conversa sobre como poderia ser garantida, neste curto tempo, a participação das escolas. Informou também que o compromisso da SEE é o de fazer a interlocução com as escolas públicas e o Ministério da Educação e Cultura – (MEC). A Profª entregou um cronograma de ações com articulação com a UNDIME(em anexo). Apontou que a Rede Estadual possui o Currículo Básico Comum – (CBC) e o Currículo do Ensino Médio (2004), mas que ambos também estarão sob revisão com o curso do tempo, dadas as discussões provocadas pela Base Nacional Comum. Informou que a participação das escolas tem sido muito pequena e que há necessidade de potencializar a participação de todas. Para 2016, a equipe da SEEMG faria uma primeira sistematização das contribuições, segundo demanda do MEC. Uma ação atrelada à Base é a discussão mais ampla de currículo. Assim, a SEE MG articulou um dia em fevereiro para debate, nas escolas, do tema “o Currículo em Perspectiva”. A partir deste ponto a Profª foi explicando cada ação que seria feita até o mês de agosto de 2016. A Profª Gláucia/UFU pergunta quem são os consultores que estão acompanhando a Base Nacional Comum e como se dará a participação das Universidades neste processo. A Profª Augusta esclareceu como acontecerá o processo de contratação destes consultores e a participação das Universidades pelo MEC. A Profª Júnia esclareceu, também, que os especialistas são convidados por área de conhecimento, de acordo com as cadeiras que ocupam. Esclareceu que as reuniões públicas da Base Nacional Comum foram informativas, no sentido de esclarecer a sistemática do trabalho. Após estes esclarecimentos, foram ainda pontuados pelos representantes alguns pontos ainda sobre a Base Nacional, a saber:

- Tânia/IPES: pontuou sobre a exclusão do FORPROF neste cenário de discussão da Base e que há uma problemática no documento, por ter a inclusão das universidades sendo que estas não foram chamadas para discussão a nível nacional;

-Gláucia/UFU: se até o momento as Universidades não foram envolvidas institucionalmente, situação diferente de um envolvimento de especialista que por mais que tenha notório saber na sua área de atuação é diferente de uma decisão institucional. Outro ponto colocado foi qual é a qualidade e a densidade desse documento que vai nortear a Educação Básica no Brasil e como ele pode nos inspirar no alcance das Metas que estão no Plano Nacional de Educação, fazer cumprir a Constituição de 1988 e fazer as Instituições dialogarem na formação de professores.

- Mônica/SIND-UTE: Constata que houve uma quebra entre a Educação Básica e o Ensino Médio. Há uma luta na aproximação destes, pois existe uma grande distância. Entre as Secretarias Estaduais e ações governamentais. A base deveria prever esta continuidade para aproximar as concepções dentro da Escola. A Base Nacional deveria aproximar-se mais da realidade da Escola, chamando os professores para as discussões. Pontuou a questão dos alunos, que estão vivenciando situações em que há professores sem esperança.

- Profª Gláucia/SEEMG: há necessidade de discussão nas escolas, de construção de documentos e de seminários por representatividade, na perspectiva de troca do que é possível dentro da realidade da educação pública e também considerando as pesquisas realizadas pelas Instituições que às vezes ficam distantes da realidade. Os seminários devem ter caráter mais formativo do que deliberativo na perspectiva de troca entre Educação Básica e Educação Superior.

- Renata Nunes/UEMG: onde se dá a participação da Universidade dentro do Fórum na discussão da Base? Estamos em lugares diferentes. A SEE no lugar de execução do Plano e as Universidades entre Base e Diretrizes Curriculares. O representante, nesta discussão fala do seu conhecimento e não institucionalmente pela Universidade.

- Bráulio/CEFET: pontuou que para o ensino profissional essa discussão no CEFET é praticamente inexistente. O que foi conversado na Instituição é da legitimidade deste documento e qual procedimento poderia ser feito para que a Instituição participe dessa discussão.

Após estas colocações, que foram seguidos debates intensos, houve ainda outras questões pontudas pelos professores: Profª Leila/IFMG, Virgínia e Patrícia/UNDIME, Wagner/UFMG, Renata/UEMG, Júnia/SI, Vânia/UFV, Tânia/IPES.

Ficou definido que o Fórum irá elaborar uma minuta de manifestação para ser enviada ao MEC. A Profª Tânia irá fazer a primeira descrição para elaborar o documento e enviará até o dia 25/11/2015. Os representantes irão fechar o documento até o dia 02/12/2015.

Terceiro item – Monitoramento do Plano Nacional de Educação: este item ficou para a próxima reunião. Contudo a Profª Júnia/SI deu um pequeno detalhamento a respeito do sistema de monitoramento, do compromisso do Fórum com as Metas 12 a 16 e do trabalho da Fundação João Pinheiro que será o de acompanhar os avaliadores educacionais e desenvolver estudos regionais de avanço, retrocesso e na recomendação de investimento do Estado e Município. A representante do SIND-UTE, Mônica perguntou como a instituição pode participar e acompanhar estes dados do monitoramento. O Quarto item - Estágio Supervisionado e o Quinto item - Definição do Calendário para 2016 ficaram para a próxima reunião. Sexto item – Sistemática de Autorizações do FORPROF para a Educação à Distância, este também ficaria para a próxima reunião, contudo a Profª Gláucia pontuou que a UFU está em período de validação dos cursos e que será necessário uma Autorização do Fórum para poder apresentar a UAB para continuidade dos curso.

Ficou definido que a Profª Gláucia ira encaminhar novamente o documento para que seja aprovado “Add Referendun”. Como a solicitação se trata de continuidade de curso, este foi aprovado pelos representantes. A Profª Glaucia/UFU fez a leitura da Carta, que se for do interesse do Fórum poderia ser encaminhado em seu nome. Trata-se de solicitação de apoio do Fórum direcionada à Secretaria de Educação Básica – (SEB/ MEC) e a SECADI/MEC cujo teor é a defesa da continuidade dos programas: Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa, Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio e programa nacional de formação inicial e continuada para Professores da Educação Básica da Rede Pública por meio da Rede Nacional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Rede Pública – (RENAFOR). Após leitura, alguns representantes se manifestaram contrários ao envio da Carta em nome do Fórum por se tratar de um assunto analisado de acordo com a realidade de Uberlândia, conquanto apoie a Universidade quanto ao teor do documento e ao seu envio em nome da Universidade. A Prof.ª Gláucia sugeriu que por não ter data para envio da Carta, que fosse feito uma consulta interna com o Comitê Gestor e Coordenadores de UAB de cada instituição para então ter uma redação final da carta. Após debates, os representantes ainda se manifestaram contrários ao encaminhamento pelo Forprof. Sendo assim a Profª Júnia/SI fez alguns informes, dentre eles a informação de que a próxima reunião será em fevereiro de 2016. Nada mais havendo a ser considerado, a reunião foi encerrada às 17:14h, e eu, Gislaine Aparecida da Conceição, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada, na próxima reunião por mim e demais representantes presentes.